

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (CLI)

NOS CAMINHOS DA ESCOLA

Voltar ao tema do pouco interesse pela escola, demonstrado pelos imigrantes italianos, pode significar repetir as mesmas coisas. Essas repetições, entretanto, podem abrir espaço para duas perguntas: primeira, quais seriam as razões dessa valorização secundária da escola? Segunda, atualmente, como os descendentes dos imigrantes se situam no contexto da formação escolar e intelectual?

Vamos começar lembrando os depoimentos de autoridades. O Inspetor Imperial, ainda na primeira década da imigração, constatava que a escola e o professor eram menos solicitados pelos colonos italianos que o padre e a igreja. Por sua vez, o representante da Itálica Gens, Ranieri Veronesi, afirmou que a justificativa pelo menor interesse pela escola e professor era unânime: “eu vivi e comprei e comprei terras sem saber ler, nem escrever, meus filhos podem fazer o mesmo”.

Essas constatações feitas aqui no Rio Grande do Sul são o reflexo da mentalidade existente na Itália. Repete-se à exaustão que o analfabetismo atingia a maioria dos imigrantes italianos, mas não se presta atenção sobre fatos que mostram que famílias oriundas dos menos vilarejos eram alfabetizadas e outras, a maioria, não. As condições econômicas eram as mesmas. Por que então essa diferença? A resposta pode ser encontrada na história de Luigi Santagada. Desde jovem ele devia cuidar, durante o dia, da propriedade dos pais. Razão pela qual faltava muito à aula. Um dia o professor lhe ponderou: “Luigi, fala para seu pai que só plantar lentilhas não resolve”. Assim se entende porque o velho Pedro Busanello, tio do Mons. Pio Busanello, quando solicitado a contribuir para escola disse: “Eh ben! Mi son vegnest vècio e grandò intes, se anca no son mai ndat a scóea”. Ou então aquele colono que tendo dois filhos em idade escolar, propôs ao professor a possibilidade de enviar os filhos em dias alternados, assim, pensava ele, poderia pagar uma só matrícula, o que permitia economizar e, mais, alfabetizar os filhos e assegurar o trabalho na lavoura. Uma atitude que reforça o costume generalizado de faltar às aulas nos períodos de plantio ou de colheita. Épocas em que as escolas, praticamente, fechavam.

Essa era a situação. Falta a explicação ou justificativa. O que não é difícil de encontrar ao responder essa pergunta: Quais eram as grandes preocupações dos imigrantes, lá na Itália e aqui no Rio Grande do Sul. Basicamente eram duas. Uma, talvez a principal, era a luta pela sobrevivência. Ter o que comer e um lugar para morar. A segunda preocupação era garantir a assistência religiosa para garantir o céu. Para atender essas duas preocupações, segundo eles, a escola não representava uma necessidade indispensável. De um lado, era suficiente ser trabalhador e proprietário; de outro lado, precisava ser cumpridor dos mandamentos de Deus e da Igreja.

Dito disto, pode-se perguntar: hoje, como está a escolaridade dos descendentes destes imigrantes um tanto descrentes da escola? Parece que só seria analfabeto aquele que não mostrou interesse. O que vale para os adultos também.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (CLII)

NOS CAMINHOS DA ESCOLA: ANALFABETISMOS

Para começar. Quando se fala no analfabetismo dos imigrantes se entende o fato de que eles não sabiam nem ler nem escrever e o alfabetizado era o que dominava tais tarefas, mesmo não tendo freqüentado a escola. Aparentemente era uma questão simples que apontava para o fato de saber ler e escrever ou não. A partir, especialmente, do início do século XX, com a aplicação dos avanços das ciências, em geral, e do aperfeiçoamento da técnica integrados a todo processo de desenvolvimento, a questão da alfabetização ficou muito mais complexa. O único ponto que ficou inalterado é o do analfabeto absoluto, aquele destituído de qualquer habilidade em leitura e escrita, que no Brasil são 7% da população. A dificuldade está na compreensão do que significa ser alfabetizado em relação ao grau de escolaridade, do domínio da linguagem e do saber. Não basta saber ler e escrever ou efetuar algumas operações aritméticas, é preciso ter concluído determinado grau de estudo, o que varia de país para país. Alguns, mais desenvolvidos, somente reconhecem como alfabetizado aquele que completou oito anos de escolaridade..

Segundo a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, é possível identificar dois níveis de alfabetizados. Os alfabetizados do primeiro nível são identificados, nesta nova maneira de definir a alfabetização, como analfabetos funcionais. E pela definição da UNESCO, analfabeto funcional "é aquele que sabe escrever seu próprio nome, assim como lê e escreve frases simples, efetua cálculos básicos, porém é incapaz de interpretar o que lê, de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas, impossibilitando seu desenvolvimento pessoal e profissional". O que não é nada agradável. Infelizmente, tomando em consideração esta definição, se constata uma crescente quantidade de analfabetos funcionais com diploma.

Dito isto, voltemos aos imigrantes e seus descendentes. Inicialmente deve-se observar que o analfabetismo dos primeiros imigrantes não era tão prejudicial. Suas atividades não exigiam, a rigor, conhecimentos teóricos, embora fossem úteis. Era suficiente repetir as técnicas e as tarefas ensinadas na prática pelos pais. Além disso, o ensino das poucas e precárias escolas não tinha muita relação com o trabalho rural. O maior prejuízo, certamente, foi o rápido rompimento com os parentes que ficaram na Itália, por falta de saber escrever e ler cartas. Hoje, se há algum descendente que não alcançou o primeiro nível de alfabetização, é por sua inteira responsabilidade ou negligência.

O importante é atingir a alfabetização plena, a única que garante o exercício pleno da cidadania, novamente, segundo a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Somente toma decisões conscientes aquele que compreende as razões e os argumentos sobre os quais se baseia para decidir. Todo dia somos bombardeados pelos noticiários dos meios de comunicação com informações sobre questões de toda ordem. O alfabetizado em plenitude, por exemplo, não aceita a informação porque a imprensa anunciou. Isso um analfabeto pode fazer. O alfabetizado exige argumentos. Porque disseram, não é suficiente.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (CLIII)

NOS CAMINHOS DA GLOBALIZAÇÃO

Que diferença! Certamente nenhum imigrante, por mais imaginação que tivesse, poderia prever que, pouco mais de cem anos depois de sua chegada, surgisse o fenômeno da globalização ou, como preferem os franceses, da mundialização. E, o que é mais curioso, veio afetar diretamente suas atividades rurais. Entretanto, a ideia de globalização não é nova, embora não com a dimensão e a força atuais. Esse aspecto merece uma pequena revisão histórica, embora se afaste, em parte, do tema proposto.

Tudo começou na Grécia entre tantas outras coisas de nossa civilização ocidental. Os gregos, no século VI antes de Cristo, com seu projeto científico conhecido como Filosofia, propuseram o princípio da verdade como sendo única e igual para todos independente do que pensam as pessoas. Criaram assim o termo "Katholikós", que é a combinação de duas palavras: "kata" – concernente – e "holos" – totalidade; portanto o que se refere à totalidade, ou mais simplesmente, "universal". Conclusão a verdade científica é universal. O Cristianismo proclamou a doutrina de um único Deus verdadeiro e se constituiu na única igreja verdadeira incorporando assim a denominação católica. O império Romano lançou outro princípio de globalização, o do Direito. A ordem social deve ter como fundamento um Código de Direito universal. Temos assim três movimentos com a ideia de universalização ou globalização com três fundamentos distintos: científico ou filosófico, teológico e jurídico. O fenômeno da globalização atual buscou um fundamento muito mais pragmático porque envolve a todos sem exceção, quer queira quer não queira.

O desenvolvimento da economia, com o predomínio das leis do mercado, abriu espaço para que a globalização se implantasse definitivamente. Acontece a exaltação do mercado. Um mercado sem fronteiras. Sua lei maior é a procura e a oferta. O essencial para agilizar esse mecanismo é a mercadoria. E a mercadoria define o sistema de produção. O que e como se deve produzir. O objetivo final é o lucro.

A imigração italiana, segundo o governo imperial, veio ao Brasil para romper com a monocultura e implantar uma agricultura diversificada para a produção de alimentos com base no trabalho familiar. A globalização, centrada no mercado, incentivou a agricultura extensiva de caráter empresarial visando a produção de produtos de interesse comercial. Esses produtos são conhecidos como commodities, palavra emprestada do inglês para designar bens comerciáveis de origem agropecuários e de recursos naturais. Há outros tipos de commodities, por exemplo, ambientais (como créditos de carbono).

O surgimento da economia globalizada, investindo preferencialmente, no caso da agricultura, nos produtos que oferecem maiores cotações e melhor negociabilidade globais, gerou conflitos entre a agricultura extensiva da monocultura com a agricultura familiar da produção diversificada; entre o latifúndio e o minifúndio; entre a produção de alimentos e a produção de commodities, leia-se, mercadorias. Resumindo, surgiram duas classes sociais: a dos grandes e a dos pequenos proprietários. As relações com a terra mudaram.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (CLIV)

NOS CAMINHOS DA TERRA

Nos caminhos diversificados abertos durante esses 135 anos de imigração, os caminhos da terra certamente são os representativos nesta longa história. Por isso merecem uma atenção especial, cujas raízes são mais que centenárias, são milenares. Veremos.

Os imigrantes, ainda na Itália, queriam terras para trabalhar. Em geral recebiam um hectare em sistema de arrendamento. O que já foi dito, insuficiente para pagar o patrão e sobrar para o seu sustento. Naquele tempo eles não viam outra saída senão a terra como fonte econômica.. Por isso, não faz mal repetir a resposta do velho Mateus Busanello às críticas do funcionário público ao solicitar as cartas para emigrar: "Então dai-me terras suficientes para trabalhar. E eu fico com toda a família". Se os promotores da Unificação tivessem feito a prometida Reforma Agrária, o grande êxodo migratório teria sido menor.

O domínio sobre uma área de terras parece ser uma questão que vem desde as origens da humanidade. Os motivos são muitos e as estratégias, para conseguir a posse, ainda maiores. Um relato bíblico, talvez o mais antigo, está no capítulo 13 do Gênesis sobre um conflito de terras. Abrão e Lot eram dois irmãos, ambos possuíam grandes rebanhos, entretanto, diz o escritor sagrado que "a região não lhes bastava para aí se estabelecerem juntos. Por isso houve uma contenda entre os pastores dos rebanhos de Abrão e os dos rebanhos de Lot. Então Abrão disse a Lot: 'rogo-te que não haja discórdia entre mim e ti, nem entre nossos pastores, pois somos irmãos. Eis aí toda a terra diante de ti, separemo-nos. Se fores para a esquerda, eu irei para a direita; se fores para a direita, eu irei para a esquerda'. Lot escolheu toda a planície do Jordão e foi para o oriente".

Esse belo exemplo ficou letra morta. O que se viu, na prática, foi o emprego da força para a conquista das terras, seja para definir os limites geográficos de países, seja para conseguir propriedades individuais. A história universal está aí para comprovar os fatos. O mais importe para entender a relação do homem com a terra está no significado que lhe é dado. E, neste sentido, não há consenso. Há, entretanto, dois pontos fundamentais. O primeiro ponto define a terra como um bem sagrado e coletivo da humanidade, cujos recursos devem beneficiar a todos. O segundo ponto trata a terra como um bem econômico disponível para quem tem poder dele se apropriar como bem individual.

O confronto, entre essas duas posições, muito presentes atualmente, tem origens milenares. Platão, filósofo grego, defendia a propriedade coletiva da terra, enquanto seu principal discípulo, Aristóteles, recomendava a propriedade privada. Os antigos romanos fizeram diversas tentativas frustradas de pôr fim aos latifúndios e limitar a propriedade rural em 125 hectares. Na Idade Média, o cristianismo limitava o direito de propriedade com base no bem comum e no direito do indivíduo a uma vida digna. O Código napoleônico – século. XIX – com sua proposta liberal favoreceu a concentração da propriedade nas mãos de um número reduzido de indivíduos e a exploração dos camponeses sem terra e sem opções de trabalho.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (CLV)

NOS CAMINHOS DA POSSE DA TERRA

O superficial resumo sobre a história das relações da humanidade com a terra, apresentado na semana passada, serviu para lembrar que os conflitos atuais envolvendo, seja a posse seja o uso da terra, têm raízes num passado muito distante. O estudo da história seria uma boa sugestão para aqueles que defendem a tese de que o que conta é o presente. Fica claro o presente surge por geração espontânea, mas é, em parte, resultado do que se fez e planejou.

A vinda dos imigrantes italianos, não foi uma decisão do momento, mas foi uma consequência da maneira como a era a posse da terra na Itália. Mais uma vez, é bom repetir que a maioria das pessoas vivia do trabalho da terra. Quando as condições se tornaram insustentáveis, pela Europa toda, eclodiram dezenas de revoltas de camponeses, que, na maioria das vezes, terminaram em centenas e milhares de mortos. Por sorte, ou seria por acaso, desde a primeira metade do século XIX surgiram ofertas de terras para trabalhadores na agricultura, especialmente, na América e nas Colônias Europeias da África. As razões destas ofertas são várias, no Brasil, como já lembrado, era para substituir a mão de obra escrava e para implantar uma agricultura diversificada. Para o imigrante os interesses se sustentavam sobre o grande sonho da propriedade e sobre a fuga da miséria e da fome.

Os dois objetivos, apesar das dificuldades, foram rapidamente alcançados. No momento atual falta lançar um olhar mais atento sobre a situação e o modo de pensar dos descendentes dos imigrantes italianos em relação à propriedade e a superação da miséria e da fome.

Aqui é preciso fazer uma observação a respeito de que, com o surgimento de novas tecnologias, das mudanças sociais e econômicas, pelo acesso a escolas superiores, muitos descendentes deixaram as atividades agrícolas e passaram a investir no comércio, na indústria e nas profissões liberais. Temas que mereceriam mais atenção, mas não neste momento, porque o objetivo inicial foi seguir a trajetória dos imigrantes em suas relações com as atividades agrícolas e a propriedade da terra até o momento atual.

Voltando aos dois interesses, acima citados. Quanto a superação da fome e da miséria, pelas informações existentes, não se tem notícia de que haja famílias que continuam na colônia, sofram fome. Algumas poderão ter mais fartura, outras menos. Fome nunca mais, decretaram os pioneiros. Podem, isto sim, ter exigências de mais conforto. O maior problema, certamente, advém das novas tecnologias agrícolas e, talvez, o mais grave seja o acesso aos sofisticados insumos e maquinários, às sementes modificadas geneticamente e, como se depende do sistema financeiro, ao acesso a financiamentos.

Quanto ao segundo objetivo, o da posse da terra, a questão é muito mais complexa. Para simplificar e resumir é possível distinguir três grupos distintos de proprietários ou propriedades. O primeiro grupo é formado pelos que fazem a chamada agricultura familiar. Os grandes proprietários formam o segundo grupo. E o terceiro grupo é o dos sem-terra.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (CLVI)

O PERFIL DOS TRÊS GRUPOS

O espaço é pequeno para traçar o perfil dos três grupos, já mencionados. Foi dito que os descendentes dos imigrantes abriram novos caminhos e definiram diferentes formas de progredir e de continuar as lutas por uma vida mais digna na plenitude da cidadania. O primeiro momento desta descrição se limitará a focar aqueles que, como seus antepassados, colocaram na terra a fonte principal de seus sonhos de vida melhor.

Neste sentido, basta uma simples observação para perceber que uma parcela muito expressiva dos descendentes dos imigrantes, não só italianos, permaneceram nas atividades rurais. Passados os primeiros anos, com o crescimento da família e o esgotamento da terra, em parte, pelo uso inadequado da terra, esse grupo se dividiu em duas categorias. Uns preferiram partir para as novas terras, mais baratas e mais férteis. O começo foi quase uma repetição dos primeiros imigrantes.. Às vezes, ia toda a família. Outros permaneceram na casa paterna, em geral, pelo motivo de cuidar dos pais. Não se pode excluir aqueles que, em bom número, conseguiram sucesso pela adoção de novos cultivares e de novas tecnologias. Exemplo maior é o da vitivinicultura, seguida dos hortifrutigranjeiros. Mais recentemente o sistema integrado de produção tornou-se uma alternativa para os pequenos proprietários, junto com as agroindústrias familiares. Estas opções, entretanto, não estão isentas de conflitos e contradições. Basta lembrar as lutas por preços justos não pagos pelos atravessadores ou pelas empresas. A questão dos Integrados, todos conhecem. Até greves se tornaram necessárias para reivindicar os direitos junto às empresas. O Prof. Dinarte Belato, da UNIJUI, é um estudioso dos dramas vividos pelos integrados.

Com o avanço tecnológico das máquinas agrícolas e dos insumos químicos foi possível revolucionar o sistema produtivo. Surge a agricultura extensiva graças à mecanização. A pequena propriedade passou a ser vista como sendo antieconômica. Daí a necessidade de agrupar as pequenas propriedades para atingir, no mínimo, um módulo 200 hectares para se tornar viável economicamente. Haveria duas possibilidades de agrupamento. Uma através do sistema cooperativo. Outra pela aquisição de um proprietário. Essa foi a que prevaleceu. A alternativa mais adotada, por aqueles que tinham mais recursos, foi a aquisição de terras, em princípio, tidas como pouco propícias à agricultura de cereais, como os campos do Rio Grande do Sul, os cerrados do dois Mato grosso, Bahia, Goiás e Rondônia. O sistema empresarial, antes restrito ao comércio e à indústria, passa a se incorporado nestas novas frentes de atividades agrícolas.

Por fim, o terceiro grupo dos sem-terra. A categoria dos sem-terra não é um tema exclusivo do Brasil, nem recente. Apenas para avivar a memória. João I da Inglaterra (1199-1216), foi conhecido como João Sem terra por não ter herdado nada do pai Henrique II. Os primeiros peregrinos, que formaram as grandes peregrinações, como o Caminho de Santiago de Compostela, eram sem-terra que buscaram uma maneira de sobreviver. Os nossos imigrantes eram sem-terra. E os atuais sem-terra, como você os define? Para pensar.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (CLVII)

ACESSO À TERRA: FÁCIL OU DIFÍCIL?

Vou começar provocativamente transcrevendo as seguintes palavras de Rui Daher, (administrador de empresas, consultor da Biocampo Desenvolvimento Agrícola): “A posse da terra, tão disputada e mendigada quando se trata de acolher assentados e servir de patrimônio e trabalho para famílias rurais, é entregue a mancheias para capitais estrangeiros, especulativos ou não”. Acrescentar o depoimento do assentado Adelino Pott, oriundo de Ibirubá, do Assentamento Nossa Senhora Aparecida em Tupanciretã que, em outras palavras diz a mesma coisa. “Para nós assentados se exige ter mãos calejadas para conseguir alguns hectares de terra. Para outros é suficiente uma boa conta bancária, mesmo sem experiência de agricultura”. E, para completar, vou transcrever o trecho do artigo de nº XCIV referente à distribuição de terras no tempo do Brasil Império: Os historiadores afirmam, com toda segurança, que eram privilegiadas as pessoas abastadas ou, como eles os chamaram, eram os homens de qualidade ou de cabedal. Pessoas de poucos recursos e de baixa posição social tinham poucas chances. O caminho destes poderia ser a posse, isto é, entrar na categoria de posseiros.

Diante do exposto acima, cada um pode tirar suas conclusões. Um ponto parece inquestionável: o acesso à terra para alguns, os homens de cabedal, é fácil; para outros, os deserdados, é difícil.

A questão mais complexa e polêmica é saber como surgiram os grandes proprietários e como se originaram os sem-terra. Resumidamente há três maneiras de formar grandes propriedades. Um legal, através da aquisição dentro do mercado de terras. Dois não legais: pela ocupação de terras do governo, antigamente ditas devolutas ou terras de ninguém; ou pela grilagem. Em ambos os casos, bastava cercar uma área, supostamente de ninguém, e, no primeiro caso, ter vínculos na política ou no governo; no segundo caso pela grilagem. (Prática antiga de colocar um papel contendo um tipo de “comprovação” de propriedade dentro de uma gaveta junto com alguns grilos. O papel, após algumas semanas, passa a ter uma aparência envelhecida em razão dos dejetos daqueles insetos. Com este papel “envelhecido” a pessoa visa comprovar a antiguidade de sua ocupação).

A origem dos sem-terra atuais, em sentido geral, não é uma só. Quanto aos descendentes dos imigrantes italianos, nada melhor do que citar uma passagem do livro – O MST e os assentamentos de reforma agrária – a construção de espaços sociais modelares – do Prof. David José Caume: “Filhos de pequenos proprietários impossibilitados de acesso hereditário ao escasso patrimônio fundiário dos pais, parceiros, assalariados e pequenos arrendatários constituem as posições sociais predominantes que optaram por romper com o cotidiano e partir para uma experiência jamais vivida: o acampamento, a ocupação de terras privadas”. Os diversos movimentos atuais em busca de um pedaço de terra para viver têm como princípio que a terra, em primeiro lugar, deve ser um bem social, acima do princípio da propriedade privada. Na realidade, o que acontece é inverso.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (CLVIII)

ENTRE ASSENTAMENTOS E LATIFÚNDIOS

O título poderia ser outro. Haveria vários, por exemplo: entre o alimento e a mercadoria ou entre o orgânico e o químico ou entre a saúde e o lucro. Todos eles estão concatenados. A opção pelo confronto entre assentamentos e latifúndios se deve ao fato de ser mais polêmico e, portanto, provocativo.

Para começar, é interessante lembrar que a oposição entre assentamentos e latifúndios é artificial, o que significa dizer que é uma criação do homem, com base em interesses econômicos ou políticos, ou os dois juntos. Uma questão perfeitamente inserida no processo de Globalização, anteriormente já referido.

Repetindo, a globalização é a mova ordem mundial. Começa com o fim da segunda guerra mundial e se consolida com o fim dos estados comunistas. O eixo em torno do qual gravita a globalização é a economia. A presença norte-americana na economia mundial era dominante. Como contraponto surge o Mercado Comum Europeu (MCE) Em 1974 os principais jornais de Inglaterra, Alemanha, França e Itália estampavam, na primeira página, editoriais dizendo: QUATROCENTOS MILHÕES DE CONSUMIDORES. Não falavam em cidadãos, mas em consumidores, isto é, o "cidadão" do império da economia. Depois ficou Mercado Comum Europeu. Atualmente é União Européia. A economia continua o cimento desta unidade. Basta ver as crises do Euro, ou os países como a Irlanda e a Grécia.

E, pode-se perguntar, o que tem a ver isto com os descendentes dos imigrantes? Muito. Talvez, tudo. Simplesmente porque todas as atividades humanas estão interligadas. Basta observar as atividades agrícolas. Tudo é calculado pela viabilidade da economia do rendimento, isto é, do lucro. Assim, a pequena propriedade e a grande propriedade somente são reconhecidas como viáveis pelo mesmo critério econômico. Logo no início da implantação da agricultura extensiva mecanizada com sementes geneticamente modificadas (híbridas, depois, transgênicas), correção do solo e insumos químicos, a agricultura familiar foi classificada como um atraso, economicamente inviável. Surge um êxodo rural. Mas na década de 1980 a agricultura familiar é reabilitada na medida em que se dedica à produção de alimentos. As estatísticas atuais revelam que 75% do que os brasileiros comem vêm da agricultura familiar, além de empregar mais mãos de obra que os latifúndios.

Neste processo de revitalização da agricultura familiar se dá o reconhecimento de que os assentamentos são viáveis. Isto não significa que todos tenham sucesso e que todos os meios são bons. Quantas empresas, inclusive bancos, faliram. O que se fala? Um assentado vende seu lote. Proibido, mas a justiça chegou a legalizar. É sinal de fracasso? Há assentamentos e assentados bem e mal sucedidos. Vou recorrer, mais uma vez, ao depoimento de Adelino Pott, oriundo de Ibirubá: "Recebi um lote de nove hectares, no assentamento Nossa Senhora Aparecida em Tupancirã. Quinze anos depois, tenho boa casa de alvenaria, vinte vacas de leite, planto de tudo para o sustento, formei três filhos, a última está terminando, hoje, o vestibular na UFSM". E você que pensa dos assentamentos?

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (CLIX)

PELOS CAMINHOS DA POLÍTICA

Não poderia faltar um espaço para registrar a trajetória das atividades políticas dos descendentes dos imigrantes italianos. Já foi feita anteriormente uma referência sobre a pouca participação dos “contadini” no cenário político da Itália. As questões políticas deviam ser deixadas para os governantes, os colonos deviam trabalhar, durante o dia, seus (arrendados) campos e, à noite, deviam ir à igreja rezar a Ave Maria.

Uma vez chegados num país em que eram estrangeiros, os imigrantes não tinham nem condições e nem tempo para se dedicar à política, considerando que, também aqui, a política era para as pessoas abastadas. Apesar disto, já no início do século vinte, surgem dois personagens muito importantes para traçar os rumos futuros e diferenciados da participação política dos descendentes, os ítalo-gaúchos. Trata-se de Mansueto Bernardi e Alberto Pasqualini, lembrados anteriormente, nos artigos LVI e CXXVII, respectivamente

Duas razões para colocá-los como referências importantes na inserção dos descendentes dos imigrantes italianos no universo da política. A primeira, porque ambos ocuparam cargos administrativos e participaram de pleitos eleitorais. Pasqualini concorreu duas vezes ao governo do Estado sem sucesso, mas elegeu-se senador pelo PTB em 1950. Neste período, participou ativamente no segundo governo de Getúlio Vargas, em especial, na criação da Petrobras como monopólio estatal. Mansueto Bernardi é ítalo-brasileiro, (nascido em Pagnano di Asolo), começou como professor. Sua participação na política é menos expressiva do que a de Pasqualini. Foi prefeito de São Leopoldo por dois mandatos. No primeiro por nomeação de Borges de Medeiros. No segundo pelo voto direto. Se engajou no movimento que culminou na revolução de 1930. No governo Vargas ocupou inicialmente a direção do Serviço Oficial de Informações e Controle de Notícias. Em 1931 diretor da Casa da Moeda, quando elaborou o projeto da criação do sistema monetário nacional, que tinha por base o cruzeiro. Depois ele aderiu ao movimento integralista de Plínio Salgado, fato que o afastou da linha getulista. A segunda razão, talvez, a mais importante, está no fato que eles representam duas linhas de pensamento político, Mansueto, mais à direita e Pasqualini mais à esquerda, isto para usar expressões atuais. Ou, em outras palavras mais ideológicas, um socialista outro capitalista.

Além dessa descrição, uma observação se torna indispensável para diferenciar o perfil intelectual dos dois personagens. A obra intelectual de Pasqualini está centrada na política trabalhista. Mansueto deixou uma grande obra na poética e literária.

A apresentação da diferença de ideário político, tem como objetivo levar a pensar os rumos políticos dos atuais descendentes. Uma tarefa ao alcance de todos, por isso, vou apenas lembrar o seguinte: Ivar Pavan, perguntado sobre a linha política do pai, respondeu: “ele, como a maioria dos descendentes italianos, era católico, como tal anticomunista e da Arena. Eu, (Ivar), descobri que há outros temas políticos, os problemas sociais”. Assim encontramos lideranças na FARSUL e na UDR, ou no MST e na VIA CAMPESINA.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (CLX)

ITALO-CAUCHO-BRASILEIRO

Essas três palavras, Italo-gaúcho-brasileiro, traçam o perfil dos imigrantes italianos e seus descendentes no cenário do Rio Grande do Sul. No começo foi preciso superar distâncias em étnicos, culturais, sociais e religiosos, mas aos poucos, como a maioria estava construindo o próprio projeto de vida, as condições de sua realização impôs a necessidade de aproximação porque, acima de cada projeto, um havia um projeto coletivo, no qual todos tivessem participação. Esse projeto coletivo é a nação brasileira, mas que dependia do conjunto de seus habitantes, nele incluídos os diferentes grupos de imigrantes.

A participação num projeto coletivo de construção da cidadania começa pelas contribuições de cada participante, seja como indivíduo seja como grupo. A cidadania brasileira está sendo configurada a partir da presença de diferentes etnias e culturas. A rigor, os únicos cidadãos originais são os povos indígenas. Diante desta participação variada, em princípio ninguém pode se julgar melhor ou maior que o outro. Os conflitos são, digamos, normais. O importante é saber superá-los. E já foram superados muitos.

Anteriormente já foram apresentadas as contribuições dos imigrantes italianos no desenvolvimento da sociedade rio-grandense em diferentes setores, agora falta traçar um perfil ético dos imigrantes. A base para identificar esse perfil não está na sociologia nem na antropologia, mas na inspiração poética expressa na canção, por muitos, reconhecida como o hino da imigração italiana: La Mérica de Angelo Giusti.

Os primeiros versos dizem: Da l'Italia sian partititi, sian partiti col nostro onore. ONORE é a palavra chave para estabelecer a base da auto-identidade do imigrante. Eles partiram com a sua honra. A honra era seu grande, melhor, único patrimônio que podiam invocar para justificar a aventura de ter que abandonar a pátria e enfrentar o desconhecido. Parece que o poeta tinha em mente o ditado latino: "perdeu tudo, menos a honra". Era o que lhes restava depois de se sentirem abandonados pelos autores da unificação italiana

E a canção segue: E cola indústria dei nostri taliani abian formato paesi e citá. INDÚSTRIA é a outra palavra chave. Ela é sinônimo de trabalho, de inventividade, de engenhosidade e de criatividade. O complemento da honra é o trabalho. O trabalho próprio, de seus braços. Não a exploração dos braços dos outros, como na Itália.

Por fim, o estribilho pergunta cossa sarala stá Mérica. Resposta; Un bel massolino de fior. Sim, a América era um ramallete de flores. Não era uma mina de ouro, nem um império de negócios. A flor anuncia um jardim, um lugar de bem-estar e bem-viver.

Ainda, na Itália havia Signori, patrões opressores, e Contadini, trabalhadores pobres e sofridos. Os descendentes, hoje, cultivam, em seu trabalho, o caráter do onore dos antigos Contadini, ou preferem, do seu trono econômico, a arrogância opressiva dos Signori?

Com essas considerações, agradecido, me despeço dos leitores que me prestigiaram com sua atenção. Não tive a pretensão de ensinar nada, mas de convidar para passear pelos caminhos da história da imigração italiana. E, concluindo, um agradecimento especial, na pessoa da Delcimar, ao jornal Correio Marauense pelo generoso espaço.